

Aos onze (11) dias do mês de abril de dois mil e seis, realizou-se reunião extraordinária, que iniciou as 15h10 , na sede do CMDCA-rua Halfeld, 450 ,7 andar- Centro.

Mário convida para compor a mesa de trabalhos o Sr Rogério Ghedim – secretário de política social e Sr Renato Garcia- secretário de administração da prefeitura- representando o Exmo Sr Prefeito Alberto Bejani. O presidente discorreu sobre a questão dos adolescentes infratores em JF, e as respectivas medidas que estão sendo adotadas para o atendimento a esses adolescentes, lembrando, ainda que a ausência de representantes do ministério público estadual e da vara da infância e juventude em JF, fazendo, então a leitura de um faz-simile, enviado pela SAMES, na mesma data supra citada, onde esclarece não ser possível a participação da entidade por motivo de agenda, esclarecendo ainda que a política adotada para esta secretaria prevê a construção de unidades provisórias em municípios pólos one JF se encaixa, prevendo a inauguração dessa unidade ainda em 2006. O presidente levará também a correspondencia enviada pela diretoria do Instituto Jesus, apresentando cópia da carta denúncia apresentada a sede contudo, levando em conta certas situações que poderia causar enormes transtornos para os adolescentes e seus familiares, resolveram continuar cumprindo o convênio até seu término, que ocorrerá em 12/10/06. O presidente, relembando a pauta da reunião extraordinária dos presentes, faz referencia aos esclarecimentos a primário a todas as autoridades convidadas, quais sejam: 1) quak será a destinação dos adolescentes acautelados no Instituto Jesus, tendo em vista que esta instituição enviou ofício á secretaria estadual de defesa social cancelando o convênio de internação de adolescentes que cometeram atos infracionais. 3) Porque o estado até o momento não prestou esclarecimentos ao CMDCA e a sociedade em geral quanto ao programa de internação qie será instalado em Juíz de Fora cumprindo assim o parágrafo único do artigo da lei 8069/90 4) Porque o Estado está firmando convênios com instituições não governamentais da cidade á revelia do Poder Municipal e do CMDCA/JF,considerando que o município está enquadrado no SUAS –Sistema Único de Assistencia Social ,com gestão plena portanto, tendo plenos poderes para formular, deliberae controlar as ações e programas que lhe são necessários, inclusive em descumprimento da lei federal 8069/90, artigo 91, uma vez que estas entidades e programas só poderão funcionar depois de registrados no CMDCA e algumas delas entendem que não devem nenhuma satisfação aos conselhos.5) quais motivos que levaram o Poder Judiciário a utilizar entidades não governamentais que não estão em conformidade com os artigos 91 e 123 da lei federal 8069/90. O presidente Mário Albino coloca sua preocupação com os rumos tomados pelos trabalhos patrocinados pelo Estado, esclarecendo ainda sobre as cobranças da comunidade e de entidades ligadas a área da criança e do adolescente, com razão pois sabe do CMDCA tomar as medidas cabíveis, políticas ou jurídicas. Dr. Renato Garcia cumprimentando os membros do CMDCA e esclarece que o Sr. Prefeito não pode estar presente devido a compromissos que são marcados com bastante antecedenci a pedindo a eles que o representasse, pois quanto a este problema específico ele solicitou que o Sr. Secretário de Administração cuidasse pessoalmente do que sabe a PRJ, que preocupa sobremaneira ao Sr Prefeito pois apesar de ser obrigação do Estado, o Prefeito não se omitirá nem se fartará, sabendo de sua responsabilidade em acompanhar as soluções dos problemas que afligiu aos cidadãos juizforanos, e que por isto, tão logo surgiu o problema com o Instituto Jesus contactou o Estado e solicitou imediatas providências para que não ocorre uma lacuna, o que seria um grande risco para a sociedade. Os representantes do Estado informaram ao Sr. Prefeito que seria desenvolvido um projeto

chegando a conclusão que se deslocaria um imóvel, ou que a Prefeitura doasse um terreno do Estado onde este pudesse edificar um local que atendesse a demanda. Quando a prefeitura localizou um terreno no bairro Santa Lucia, foi feita então a topografia, sendo este aceito e a partir daí deu-se início ao projeto do Centro de Internação de adolescentes que cometeram atos infracionais, comprometeu-se ainda a pressionar o Estado para que a questão esteja resolvida até 12 de outubro de 2006. A assistente social do Instituto Jesus, Elaine, se pronunciou manifestando sua preocupação com relação ao prazo que finda em outubro impreterivelmente e ao destino dos adolescentes ali instalados. Lindomar Jose manifesta sua preocupação como membro da comissão de medidas socio-educativas, para que haja uma interlocução com o Estado e para o respeito com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ressalta ainda que o CMDCA e a autoridade do município para acompanhar este procedimento. Angelise Nadal Pimenta também se mostra muito preocupada com a demora na solução do problema. Sr. Rogerio Gludin salienta que a família, a escola e a sociedade falharam com relação a estes adolescentes, cabendo agora ao Estado cumprir seu papel, auxiliado prefeitura que nas figuras do prefeito Sr. Alberto Bejamim e da primeira-dama, Sra Vanessa Logasso, superintendente da AMAC, que possui o foco nas creches do município, cuidando para que as crianças juizforanas tenham um futuro melhor, mantendo-se distante de infrações mostrando-se otimista com a realização em tempo hábil do projeto, lembrando que como disse o Sr. Renato Garcia, o poder público municipal irá acompanhar, cobrar e colaborar na realização das obras e das políticas desenvolvidas para os adolescentes infratores parabenizando o presidente do CMDCA Mario Albino, pela iniciativa do debate. Claudinei Lima- Conselho Tutelar Leste, manifesta sua preocupação sobre a não inscrição dos programas socio educativos estaduais no CMDCA, que é a autoridade pública, reconhecida por lei. Pedro Vargas faz um apelo para que o conselho participe da discussão LDO, para que o conselho realmente cumpra o seu papel. Lindomar pede a colaboração da SPS na figura de seu secretário para que o CMDCA tenha maior diálogo com as autoridades estaduais, propondo para a próxima plenária uma discussão sobre medidas socio educativas em conjunto com o Executivo Municipal e o Estado. O sr. Renato Garcia esclarece que o município não fez a terraplanagem e sim, apenas a formatação, pois necessita liberação do Estado. Mario Albino questiona o argumento da SAMES, pois na verdade há dois anos o CMDCA vem convocando a Secretaria da Defesa Social para discutir o assunto diretamente com a Diretoria do Instituto Jesus e nunca com o CMDCA e por uma ou duas vezes com a Dra. Nininha (?) e nem mesmo assim porque a então Secretaria Municipal de Governo, cobrou esta participação, afirmando mais uma vez que no seu entender, trata-se de uma falta de respeito do Estado, não se justificando pois Juiz de Fora está com a gestão plena, não justificando ainda o Estado estar repassando recursos para instituições não governamentais, sem a fiscalização destes programas e manifesta sua preocupação com o modus operandi do Estado, quando a instituição estiver sob o comando do mesmo, quais os profissionais serão contratados, qual o tipo de contratação, etc, reafirmando que o Estado em boa parte nesta correspondência agora enviada, pois o CMDCA, há mais de três anos tinha duas propostas para apresentar ao Estado, portanto o Instituto Jesus não se apresentou como salvação, pois existiam outras instituições interessadas, questionando ainda os valores, pois em 1999 quando o então governador Itamar Franco liberou os recursos para a construção deste Centro em Juiz de Fora, estes eram da ordem de um milhão de reais, hoje este valor é de sete milhões, que utilizando a forma que esta sendo usada esta verba, achando-a simples e até irresponsável, preocupando-se

tambem com o tratamento dispensado aos nossos adolescentes e suas familias, informando ainda que a Pastoral do Menor e o Conselho Tutelar foram proibidos de visitas estes adolescentes, pela diretoria ao Instituto Jesus atraves de ordem judicial. Finalmente afirma que já passou da hora do CMDCA fazer a lei, atraves do seu direito de fiscalizar, controlar e formular as politicas publicas do municipio, deixando claro que o Estado e omisso nesse problema. O vereador Figueiroa agradece em nome da Camara Municipal , e em seu proprio a oportunidade de participar, fazendo questão de deixar claro seu apreço e respeito de longa data para com o Instituto Jesus. Sugeriu ainda a formação de uma comissão municipal para se deslocar ate a capital do Estado, para discutir com os representantes estaduais o problema em questão. Wellington- conselheiro tutelar das regiões sul e oeste- acha que devemos estar atentos as atitudes do Estado, em proteção aos adolescentes que são a prioridade. Wania Xavier- do forum Dedicada- acrescenta mais uma vez a adequação das ações junto aos órgãos competentes, ressaltando que a prioridade são os adolescentes, manifestou ainda sua preocupação (da) em relação a população do bairro Santa Lúcia e sobre quais serão as atitudes a serem tomadas pelas autoridades responsáveis . Sugere ainda que, com prazo maior, sejam convocadas novamente, passando pela aprovação dos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, afirmando que é o município o foro correto para a discussão em questão ,sugerindo um movimento de conscientização da população e um grande investimento do Executivo e do Legislativo, no sentido de ampliar e implementar as outras quatro medidas socio-educativas que também são destinadas aos adolescentes infratores que só tem sido feita pelo Judiciário estadual. Rogério Ghedim convida a Sra Wania Xavier para que passe um dia na SPS para acompanhar o trabalho que está sendo desenvolvido ali, ressaltando o programa JF nos trilhos da paz, com dotação orçamentária de mais de um milhão e quinhentos mil reais e outros programas que estão sendo desenvolvidos tais, como oficinas de arte nos bairros, cursos preparatórios pré- vestibulares gratuitos , etc. Ressaltando que o orçamento da educação em conjunto com a Política Social soma-se em quase a metade do orçamento da administração Alberto Bejani, o que demonstra uma política do futuro, oferecendo ao CMDCA toda a logística necessária para seus trabalhos. Wania esclarece que concorda que sempre houve investimentos na prevenção e que Juiz de Fora é pioneira em projetos e programas. Lucimar –assistente social da SPS, pediu a palavra elogiando a presença e a fala do vereador Figueiroa e sua satisfação com o gerenciamento do Dr. Rogério Ghedim a frente da SPS. Lindomar esclarece aos presentes que as propostas de formação da comissão de acompanhamento já existe, sugerindo que as reuniões para discussão desta questão sejam realizadas no município. Alerta que até o dia 30 vai ser encaminhada pelo Executivo a proposta para Camara da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2007 e sugere que o CMDCA acompanhe para que possa garantir no orçamento do município o orçamento criança e colocando como ponto de pauta. Mário Albino esclarece que as propostas do CMDCA para a LDO já foram encaminhadas por este conselho, pois o prazo era até o dia 10 de abril, por este motivo foi votada na última reunião ordinária. O vereador Figueiroa esclarece a todos que o que fez através da sua fala foi formular simples sugestões, pois não se acha competente pelo fato de não ser conselheiro ou membro de alguma comissão. Mário Albino então colocou em votação o lugar da convocação, se em Juiz de Fora ou em Belo Horizonte , colocando sua posição favorável a que se realize em Juiz de Fora, com a participação do Ministério Público, Judiciário , Conselho tutelar , e outros órgãos e entidades interessadas. Lendo aprovada que a reunião ampliada seja em Juiz de Fora(com a participação do m (????)) Ficou acertado que dentro do

prazo de trinta dias para não haver desculpas do Estado com relação a agenda será marcada a nova reunião . Colocado em votação foi aprovada. Mário resstalta que recebeu denúncia do CEMAT que o Judiciário esta encaminhando mandatos de atendimentos para alguns adolescentes em determinadas instituições, que não tem qualificação necessária. Waldir-coordenador do CEMAT , manifesta sua preocupação em relação as drogas/ adolescentes que não se encontram preparados para tal. Mário então encerra a reunião extraordinária agradecendo a presença de todos, garantindo ao representante do CEMAT que levará o problema denunciado a plenária do CMDCA e agradecendo principalmente a empresa a divulgação da convocação do CMDCA. Lendo estar as falar eu, Sérgio Cordeiro- assessor técnico do CMDCA, subscrevo a ata que após aprovação será assinada por mim , pelo presidente do CMDCA e demais conselheiros presentes.